

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 41 - SETEMBRO/OUTUBRO DE 2017



Fotos: Fábio Alves

## **Tocantins-Goiás-Tocantins**

*Professor Zezuka Pereira, da Faculdade de Agronomia, conta como dedicou a vida acadêmica às universidades federais de Goiás e do Tocantins*

Página 16

# Universidade funcionará com restrições e limitações

UFG fechará 2017 com déficit de R\$ 20 milhões

45% do orçamento das federais foi reduzido

Páginas 8 e 9

**5 ANOS**

História de criação do JP, que completa cinco anos de existência em sua 41ª edição

Páginas 12 e 13

EDITORIAL

## **Crise sem mobilização**

O Brasil vive uma crise política, ética e moral. Na educação superior pública, cortes no financiamento das Ifes chegam a 45%. A UFG vai fechar 2017 com déficit de R\$ 20 milhões. Mesmo nesse cenário de crise financeira na ciência, tecnologia, saída de terceirizados e desmonte do serviço público, a sociedade não consegue se mobilizar o suficiente contra o governo.

Na realidade acadêmica, a participação dos docentes em fóruns, assembleias, debates e espaços de tomada de decisão também é baixa. Às vezes se

vê um movimento ou outro nas redes sociais. Mas e as ruas, quando serão tomadas de novo? Afinal, é isso que vemos nas telas dos computadores quase todos os dias: muitas reclamações, pouco movimento.

A educação, a saúde, o trabalho, o patrimônio natural vêm sendo sucateados, quando não vendidos aos estrangeiros. Cada brasileiro tem um papel importante. É necessário trabalhar juntos contra as medidas nefastas do governo que, ao invés de trabalhar a favor da sociedade, parece ir contra ela.



**Césio**  
**137**

*30 anos depois, o JP relembra o acidente em Goiânia por fotos e depoimentos de professores*

Página 15

# Adufg prestação de contas

Maio de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	307.355,55
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	6.114,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.675,07
1.4	Receitas Financeiras	9.116,58
1.5	Outras Receitas	3.013,00
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>327.274,20</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	51.319,32
2.1.2	Encargos Sociais	32.872,16
2.1.3	Seguro de Vida	565,18
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.402,23
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	16.741,27
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	740,71
<b>Total R\$</b>		<b>105.190,87</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.950,58
2.2.2	Despesas com Correios	6.551,76
2.2.3	Energia Elétrica	3.395,90
2.2.4	Honorários Advocatícios	9.792,40
2.2.5	Honorários Contábeis	3.500,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	445,75
2.2.7	Serviços Gráficos	8.032,50
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.123,38
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.822,45
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	2.907,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.300,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.500,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	620,00
2.2.15	Água e Esgoto	632,16
<b>Total R\$</b>		<b>45.887,70</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.798,21
2.3.2	Despesas com Táxi	0,00
2.3.3	Despesas com Coral	4.155,24
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	2.686,64
2.3.5	Diárias de Viagens	5.841,40
2.3.6	Tarifas Bancárias	418,44
2.3.7	Lanches e Refeições	4.428,94
2.3.8	Quintart	23.673,88
2.3.9	Patrocínios e Doações	12.187,33
2.3.10	Manutenção de Veículos	0,00
2.3.11	Festas /Reuniões	24.440,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	294,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.074,01
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	10.499,64
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.705,55
2.3.17	Material de expediente	1.212,00
2.3.18	Outras despesas diversas	7.276,78
2.3.19	Manutenção e Conservação	5.166,92
2.3.20	Homenagens e Condecorações	630,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.945,24
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.981,44
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	56,04
2.3.24	Sabadart/Festa de Final de Ano Jataí	0,00
2.3.25	Despesas com Eleições	9.931,70
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Despesas com Espaço Saúde	924,51
2.3.28	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.800,00
2.3.29	Despesas com processos jurídicos	356,72
<b>Total R\$</b>		<b>128.484,63</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.220,66
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	392,31
<b>Total R\$</b>		<b>3.612,97</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	26.730,21
<b>Total R\$</b>		<b>26.730,21</b>

**Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$ 309.906,38**

**3 Resultado do exercício 06.2017 (1-2) 17.367,82**

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.900,66
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>1.900,66</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	40.000,00
<b>Total R\$</b>		<b>40.000,00</b>

**Total Geral dos Investimentos R\$ 41.900,66**

**5 Resultado Geral do exercício 06.2017 (3-4) -24.532,84**

## CARTA AOS LEITORES

Ao completar cinco anos de existência o *Jornal do Professor* traz algumas novidades. A partir de agora, o JP estará mais presente no formato online. Nessa edição, começamos a produzir vídeos com alguns docentes entrevistados. O próximo passo é a adaptação completa de textos e imagens do JP para o site institucional do Adufg. Nesses primeiros vídeos, o professor Zezuca Pereira conta um pouco da sua trajetória de vida; os professores Hélio Furtado e Orlando de Castro relembram, 30 anos depois, como o acidente com o Césio 137 afetou as vidas dos goianos. E, para comemorar a criação do jornal, o professor Juarez Ferraz de Maia - idealizador do projeto - faz uma análise crítica das mudanças do veículo ao longo desses cinco anos.



A partir de agora, quando esse símbolo aparecer em uma página do JP, significa que o tema também foi abordado em vídeo, disponível no canal do youtube, nas redes sociais e no site do sindicato.



## CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>>  
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Professores do ICB respondem à foto-legenda publicada na página 5 da edição 40 do JP. O texto dizia "Prova de anatomia no ICB: alunos têm poucos segundos para analisar peças e trocar de bancada".

*Anatomia Humana é uma disciplina básica para todos os estudantes na área da saúde e outras áreas como Humanas e Engenharia, que precisam conhecer o corpo para entender seu funcionamento. A compreensão da anatomia é um desafio, devido à complexidade da nomenclatura, mas é imprescindível para o aprendizado. No ensino, a visualização das estruturas com sua identificação requer do docente a aplicação de dinâmicas facilitadoras para fixação do aprendizado, entre elas a compreensão e correspondência na etimologia das palavras, bem como utilização de outros recursos didáticos. A principal relevância da aula prática é o contato direto com o objeto de estudo gerando, assim, investigação e aplicabilidade. Segundo a Portaria nº 825/95 - SES/GO (1995), no laboratório é necessário adotar métodos facilitadores para um bom funcionamento e aprendizado da anatomia. A prova do circuito com marcação de tempo é um treinamento memônico do acadêmico e desenvolve domínio emocional, raciocínio rápido, precisão e memória. O circuito aborda o máximo de estruturas anatômicas em espaço físico e temporal restrito, para verificar o domínio e agilidade do acadêmico em seu raciocínio.*

### Nilza Nascimento Guimarães e Augusto César Ribeiro Figueiredo

Professores do Departamento de Morfologia/ICB/UFG

## Erramos

Na edição nº 40, referente aos meses de julho e agosto, a manchete de capa foi "MPT autua UFG por irregularidades". O termo "autuação" foi utilizado de forma errônea. O correto é: "MPT notifica UFG por irregularidades". A universidade foi notificada pelo MPT para corrigir irregularidades nos equipamentos da EVZ, que apresentavam falhas de proteção. A notícia é sobre o acidente em uma dessas máquinas, que resultou na morte do estudante Lucas Mariano, do curso de Medicina Veterinária de Goiânia.



19ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Flávio Alves da Silva**  
Diretor Presidente

**Walmirton Tadeu D' Alessandro**  
Diretor Vice-Presidente  
e de Comunicação

**Veridiana Maria Brianezi D. de Moura**  
Diretora Secretária

**Daniel Christino**  
Diretor de Promoções Sociais,  
Culturais e Científicas

**João Batista de Deus**  
Diretor Administrativo

**Geovana Reis**  
Diretora de Assuntos Educacionais,  
de Carreira e do Magistério Superior

**Thyago Carvalho Marques**  
Diretor Financeiro

**Ana Christina de Andrade Kratz**  
Diretora de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Abraão Garcia Gomes**  
Diretor de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Luis Antônio Serrão Contim**  
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 41  
setembro / outubro de 2017

Prof. Juarez Ferraz de Maia  
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira  
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636)  
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228)  
Edição e reportagem

Fábio Alves (JP 3403)  
Reportagem

Ariel Franco, Stefanny Alves  
e Charles Adryel  
(Estagiários)

Diagramação: Bruno Cabral

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

[jornaldoprofessor.adufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessor.adufg@gmail.com)

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -  
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:



[www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br)



João Botelho\*

## Maduro radicaliza fórmula de Chávez e deixa Venezuela sem luz no fim do túnel

Quando foi candidato a presidente pela primeira vez, em 1998, o finado Hugo Chávez prometeu na sua campanha refundar a Venezuela a partir da elaboração de uma nova constituição. Uma vez eleito e empossado, foi o que ele fez, entrando em confronto com os demais poderes estabelecidos à época, o Congresso bicameral e a corte suprema, que foram reformulados ou extintos, no caso do Senado. Naquele momento, Chávez tinha apoio popular e submeteu tanto a convocação da Assembleia Constituinte quanto seu resultado ao crivo da população.

O sucessor de Chávez, Nicolás Maduro, radicalizou essa fórmula. A população não foi consultada sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte, as eleições para constituintes não tiveram a participação da oposição ao chavismo e foram realizadas em um ambiente de tensão e violência. Isso levou a uma participação de pouco mais de 40% do eleitorado, segundo o resultado oficial, e a acusações, feitas inclusive por uma empresa que trabalha para o órgão eleitoral, de que esse dado foi inflacionado.

Ademais, Maduro não tem a justificativa da refundação para convocar a Assembleia Constituinte. Afinal, a Constituição vigente é a que foi elaborada e aprovada pelo chavismo em 1999. O que se alegou, então, foi a necessidade de pacificar o país, convulsionado por nova onda de manifestações contrárias a seu presidente. Ao mesmo tempo, Maduro esperava dar uma satisfação à sua base mais leal, que desde os tempos de Chávez demanda que o processo dos conselhos populares se intensifique. Na prática, porém, a Assembleia Constituinte recém-empossada tem servido até agora como mais um instrumento de perseguição e acirramento dos ânimos.

Sua primeira medida de impacto foi a destituição da procuradora-geral, Luisa Ortega Díaz. De aliada fiel do chavismo, responsável pela acusação ao líder opositor Leopoldo López que o levou a ser condenado por incitar violência nos protestos de 2014 contra Maduro, ela se converteu em crítica severa do presidente, dando andamento a casos de corrupção que haviam ficado esquecidos até agora.

O quadro posterior à instalação da Assembleia Constituinte já fez com que militares começassem a se mexer de novo, depois da cooptação de que foram alvo desde o golpe efêmero contra Chávez em 2002, ainda que a oposição garanta que suas ações para abreviar o mandato de Maduro se restringem às opções constitucionais e que um novo golpe não seria uma solução para a Venezuela.

O tom da reação internacional também aumentou, a começar pelo Mercosul, que, aplicando sua cláusula democrática, suspendeu a Venezuela indefinidamente, em uma decisão inoportuna mas correta e inevitável. É inoportuna porque, assim como os dois lados em conflito, não colabora para que um processo efetivo de negociações se instaure, a única via pela qual a crise no país poderia ser solucionada.

Ao mesmo tempo, não havia mais como adiar essa decisão, sob o risco de desmoralizar o instrumento da cláusula democrática, que já havia se mostrado seletivo ao ter sido aplicado para o Paraguai e poupado o Brasil em casos similares de destituições

de presidente que foram motivadas politicamente e não cumpriram os requisitos constitucionais.

A Venezuela forneceu o argumento que faltava para justificar a aplicação da cláusula democrática contra si quando seu calendário de eleições, municipais, regionais e revocatórias, passou a ser postergado ou evitado, no cenário que se seguiu às eleições legislativas realizadas em dezembro de 2015.

Se o panorama para a realização de negociações já estava longe do ideal, só piora com a instalação da Assembleia Constituinte e suas primeiras medidas. Até então, vinha chamando a atenção a irresponsabilidade dos atores em lidar com uma situação tão grave quanto a venezuelana, em que se combinam a escassez de produtos básicos, a brutalidade observada repetidamente nas manifestações contra Maduro e a repressão a elas, com linchamentos, pessoas incendiadas e assassinatos.

O ciclo de protestos e violência iniciado em abril deste ano tem como pano de fundo a conquista pela oposição da maioria na Assembleia Nacional, com o resultado das eleições de 2015, e o confronto institucional que se instalou desde então. O estopim das manifestações foi uma decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), dominado pelo chavismo, de assumir as funções legislativas até que fosse acatada uma sentença do fim de 2015 anulando a eleição de quatro deputados (três opositores e um chavista) acusados de compra de votos e proibindo sua posse. Para o TSJ, a Assembleia Nacional está em desacato porque empossou os três opositores, que se afastaram em seguida para se defender. Essa decisão de assumir as funções legislativas acabaria sendo revista pouco depois, mas os protestos já estavam em escalada.

Desde o resultado das eleições de 2015, o comportamento de ambos os lados foi de intransigência e confronto. O chavismo se apressou em pedir a anulação da eleição de quatro deputados, evitando que a oposição tivesse as maiorias qualificadas necessárias para, por exemplo, reformar a constituição e destituir magistrados do TSJ e ministros. Reunida na Mesa de Unidade Democrática (MUD), a oposição, por sua vez, deixou claro desde o início que sua prioridade à frente da Assembleia Nacional seria abreviar o mandato de Maduro por algum meio constitucional disponível.

Ou seja, em nenhum momento os dois lados pensaram seriamente em algo mais do que seus interesses políticos e se empenharam em buscar consensos mínimos para começar a tirar a Venezuela da situação em que está. Não é de se estranhar que políticos priorizem seus interesses. Inclusive, essa é a regra, mas, quando eleições competitivas são realizadas periodicamente, os políticos acabam beneficiando outros grupos sociais como um meio de se manter nos seus cargos e conseguir o que querem. Na Venezuela, porém, nem dessa forma acidental o interesse coletivo tem recebido atenção, para o sofrimento da população

*\*João Carlos Amoroso Botelho é professor adjunto de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFG e especialista em política venezuelana*



Ana Christina Kratz\*

# A participação da mulher no movimento sindical

É visível a diferença na participação das mulheres no movimento sindical. Este é, ainda, um espaço de atuação predominante de homens. Embora o número de mulheres nas carreiras do magistério superior tenda a ser equivalente ao dos homens, o mesmo não acontece na organização sindical.

Embora a mulher venha conquistando cada vez mais espaço no mercado de trabalho, e no magistério superior esta participação também seja cada vez maior, nos postos de direção dos sindicatos essa representação ainda é frágil. Ainda é um universo dominado predominantemente pelos homens.

Não se pode esquecer que, ainda, a distribuição das tarefas do lar sobrecarregam mais as mulheres do que os homens. Isso gera, em diversos casos, uma jornada dupla de ofícios: no trabalho fora e no trabalho dentro de casa. Além disso, a convivência das mulheres com a maioria masculina nas atividades e deslocamentos próprios nos movimentos sindicais e políticos muitas vezes não é bem aceita pelos companheiros e familiares.

Dados do IBGE, publicados pelo Dieese no Anuário das Mulheres Brasileiras em 2011 (veja quadro), demonstram a baixa participação das mulheres na diretoria dos sindicatos. Cerca de 70% dos sindicatos não contam com a participação feminina nos cargos de direção. Ou, se essa participação existe, ela é de menos de 25%.

Transformar essa realidade é uma das principais tarefas da democracia contemporânea, um dos temas fundamentais de uma agenda política genuinamente de luta contra a desigualdade de gênero.

É uma mudança que deve atingir corações e mentes, instituições e organizações e só será possível com a participação da militância feminina, das organizações e de toda sociedade, em um processo crescente de tomada de consciência do papel da mulher no mundo do trabalho e nos espaços sociais em geral.

Durante o XIII encontro do Proifes-Federação, em julho desse

ano, essa questão foi abordada por diferentes delegados e delegadas. As professoras Luciene Fernandes (Apub Sindicato) e Matilde Alzeni dos Santos (ADUFSCar Sindicato) relataram a participação no encontro *Mujeres en Espacios de Poder*, organizado pela *Red de trabajadoras de la Educación da Internacional de la Educación para América Latina* (IEAL), que aconteceu em junho, em Assunção, no Paraguai. As

recomendações do evento, que visam promover a igualdade e fortalecer a participação das mulheres nas organizações de luta por direitos trabalhistas, também foram aprovadas durante o encontro de nossa federação.

O Proifes tem discutido a participação das mulheres no movimento sindical no GT Direitos Humanos: gênero, raça/etnia e sexualidades. As reflexões nos levam, numa primeira abordagem, a discutir estratégias para incentivar a participação feminina e a promoção de formação política tanto na federação quanto nos sindicatos. Outros aspectos são aumentar essa participação ativa em eventos nacionais e internacionais que discutem as questões de gênero e dar visibilidade às trajetórias de dirigentes sindicais mulheres.

Ao longo de quase 39 anos de existência, o Adufg teve mulheres de grande coragem como diretoras do sindicato. Cabe aqui destacar a participação das professoras Mindê Badauy, Maria Ieda Burjack e Rosana Borges, sem esquecer a contribuição de outras militantes que vêm compondo as diversas diretorias ao longo do tempo.

Resgatar essas trajetórias, ouvir os depoimentos de quem participa e participou da

luta política e promover seminários de formação sindical pode ser um caminho para inspirar outras professoras e incentivar a maior participação nas ações do nosso sindicato e da nossa federação.

\*Ana Christina de Andrade Kratz é professora aposentada da FE/UFMG e diretora de convênios e de assuntos jurídicos do Adufg Sindicato

“  
TRANSFORMAR ESSA  
REALIDADE É UMA DAS  
PRINCIPAIS TAREFAS  
DA DEMOCRACIA  
CONTEMPORÂNEA,  
UM DOS TEMAS  
FUNDAMENTAIS DE  
UMA AGENDA POLÍTICA  
GENUINAMENTE  
DE LUTA CONTRA  
A DESIGUALDADE  
DE GÊNERO”

## Participação das mulheres na diretoria dos sindicatos brasileiros

(números absolutos)

	Total	Classes percentuais de participação das mulheres					Sem declaração
		Não tem	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75%	De 76 a 100%	
Norte	1208	408	447	267	59	27	0
Nordeste	4072	1076	1358	1180	303	148	7
Sudeste	5213	2235	1795	803	250	125	5
Sul	3970	1485	1428	703	205	139	10
Centro-oeste	1498	463	551	327	95	60	2
BRASIL	15961	5667	5579	3280	912	499	24

Fonte: IBGE, com dados do ano de 2001 e publicados em 2011



# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

## Demissão

Isabel Cristina de Moura Carvalho foi demitida da PUCRS após quatro anos como coordenadora da pós-graduação em Educação. Segundo ela, a instituição justificou o afastamento com a falta de carga horária para ela nos cursos de graduação.

## Falta compromisso

“Este acontecimento pessoal, no momento histórico em que vivemos, anuncia para nós, pesquisadores, o desinvestimento na ciência e o esvaziamento da vida intelectual. A dor não é apenas pessoal mas também ético-política”, afirmou Isabel em carta pública.

## Em terra de cego...

Presidente da Adurj, Tatiana Roque afirmou ao El País Brasil que a esquerda brasileira tem dificuldades em enxergar a necessidade de renovação. “Num projeto de esquerda para um possível futuro governo seria fundamental ter uma proposta de reforma trabalhista e da Previdência. Tentar colocar esse debate na sociedade e ganhar apoio. E aí negociar com o Congresso”, disse.

## Alternativas

“Muito melhor que portar faixas e gritar palavras de ordem é juntar as cabeças e pensar em alternativas. Quem sabe o exemplo (manifesto assinado por engenheiros do ITA, no dia 29 de agosto) serve para o Adufg Sindicato?”, provocou o professor Peter Fischer, em rede social.

## Falta tempo e estacionamento

Também em rede social, o presidente do Adufg, Flávio Alves, reclamou da falta de participação dos docentes nas mobilizações e assembleias. Weber Martins (EMC) respondeu: “total falta de tempo para deslocar fisicamente, insegurança para estacionar, sem falar na morosidade típica de assembleias”.

## Estupro

A acusação de estupro feita por uma estudante contra um professor de Medicina Veterinária de Jataí está sob investigação do MPF em Goiás. A estudante alega que o crime aconteceu em um apartamento em Goiânia, durante viagem para congresso.



Fábio Alves

A crise financeira das universidades federais se repete em diferentes estados brasileiros, desde que o governo anunciou no início de agosto o corte de até 45% no orçamento previsto. Saída de terceirizados, acúmulo de contas de água e energia, paralisação de obras, suspensão de auxílio viagem para congressos estão entre as medidas adotadas pelas instituições. Mas esse cenário ainda não conseguiu mobilizar docentes para debate promovido por diferentes entidades sindicais, no início de agosto, na FE. Cena semelhante às assembleias de professores: praticamente nenhum docente presente. O evento foi organizado pelo Fórum Goiano Contra as Reformas Trabalhista e da Previdência.

## Medicina em Catalão

O MEC autorizou o Curso de Medicina para a Regional Catalão da UFG. Serão 50 vagas anuais e a previsão de início é para o segundo semestre de 2018. O prédio de anatomia e laboratórios foram inaugurados em parceria com o IML.

## Danos morais

Professora da UFG ganhou na Justiça indenização por danos morais contra uma empresa aérea, pois a empresa adiou o voo sem aviso prévio. O processo foi conduzido pela assessoria jurídica do Adufg Sindicato.



## INFORME JURÍDICO

### Pagamento de exercícios anteriores

Professora da regional Jataí vai receber valores retroativos devido à titulação obtida. A sentença afirma: “A justificativa adotada pela ré para deixar de adimplir com suas obrigações (falta de orçamento) não pode perdurar no tempo indefinidamente, uma vez que o direito existe e foi devidamente reconhecido administrativamente”.

### Desconto de abate-teto

Professor solicita na justiça o fim dos descontos feitos pela UFG, que atualmente considera a soma de duas aposentadorias para realizar o desconto de abate-teto. Os dois cargos desempenhados eram constitucionalmente acumuláveis entre si, por isso a sentença determinou que a UFG não considere mais a somatória das aposentadorias para fazer os abatimentos. A universidade recorreu da sentença e, ainda assim, tem trinta dias para acabar com os descontos.

# Como cuidar da voz em tempos de seca

Beber água natural, evitar pigarros e comer maçã são hábitos positivos

Fábio Alves

*Siro Pontes, regente do Coral Vozes do Adufg, dá uma dica simples: gargarejo com água morna e raspas de maçã*



## Dicas para preservar a sua voz

### BOM

Roupas com tecidos leves e sapatos ergonômicos

Sono regular

Exercícios físicos

Engolir saliva e respirar fundo

Maçã e bebidas em temperatura natural

Bocejar e espreguiçar

Gargarejo de água morna e raspas de maçã

### RUIM

Ambientes com ar condicionado

Cigarro

Bebidas alcoólicas

Bebidas à base de cafeína e refrigerantes

Frituras, condimentos, alimentos pesados

Chocolate e leite

Lugares fechados e com fumaça

Evitar álcool e cigarro, leite e chocolate. Comer maçã e tomar bebidas em temperatura natural são dicas para ajudar quem usa a fala como instrumento de trabalho, assim como os professores. Outras dicas não tão conhecidas são bocejar e espreguiçar várias vezes ao dia, manter a posição corporal correta e usar roupas de tecidos leves.

A estação seca de Goiás dos meses de julho, agosto e setembro deixa a umidade do ar mais baixa e a mucosa do trato vocal ressecada, por isso os profissionais que utilizam a voz no trabalho podem ser prejudicados nessa época do ano.

A fonoaudióloga Márcia Barbalho, do Espaço Saúde do Adufg Sindicato, explica que ambientes resfriados por ar condicionado tendem a ser menos úmidos e, por isso, devem ser evitados. Outro alerta é sobre a ingestão de alimentos e bebidas. Maçã, por exemplo, é adstringente e limpa as cordas vocais. Por outro lado, chocolate e leite devem ser evitados antes do uso intenso da voz.

Outros fatores como bebidas alcoólicas, cigarros e o choque térmico provocado pela ingestão de comidas e bebidas muito quentes ou muito frias também irritam a mucosa vocal. “Bebidas à base de cafeína, refrigerantes, frituras e alimentos pesados, gordurosos ou condimentados podem dificultar a digestão, provocando refluxo. A queimação pode chegar às pregas vocais e irritá-las”, alerta a fonoaudióloga.

Além disso, Márcia Barbalho dá algumas dicas aos professores de algumas atitudes que, apesar de aparentemente não terem nada a ver com a voz, ajudam a mantê-la saudável. Bocejar e se espreguiçar várias vezes ao dia diminui a tensão muscular, engolir saliva e respirar fundo antes de pigarrear reduz o atrito entre as pregas vocais. Ficar sem falar após o uso intenso da voz ajudam as cordas vocais a se recuperarem melhor.

O uso de sapatos ergonômicos, por exemplo, mantém a postura corporal correta e garante bom funcionamento vocal. “Sono regular, momentos de lazer e atividades físicas adequadas também contribuem para uma boa produção da voz. Roupas confortáveis, leves, folgadas e de tecidos que absorvem a transpiração são ideais para quem trabalha com a voz”, orienta a especialista.

# Lei Maria da Penha ainda é falha

Pesquisadores da UFG estudam o processo de violência e de rompimento vivido pelas mulheres

A Lei Maria da Penha foi sancionada há onze anos e, ainda hoje, o atendimento às mulheres que denunciam agressões apresenta problemas. É o que apontam as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Qualitativos em Saúde e Enfermagem (Nequase) da UFG.

Apesar das políticas públicas incluírem diversas instituições, ainda falta integração entre elas. A solução apontada pelos pesquisadores é que a Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres (DEAM), defensorias, juizados e o Ministério Público devem se unir para dar amparo à mulher.

“Muito do que está escrito na lei ainda não foi colocado em prática, há muito o que fazer ainda”, explica a ex-professora da Faculdade de Enfermagem (FEN) e atual docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Leonora Rezende Pacheco, que também participou do Nequase.

“As maiores falhas estão na disposição e sensibilização dos profissionais para atuarem em rede, de forma integrada e intersetorial”, completa o professor Marcelo Medeiros (FEN), coordenador do Nequase. O pesquisador também avalia o processo de ruptura das mulheres com a situação de agressão.

“Esse rompimento não é fácil e nem rápido, por isso a necessidade de prestar assistência a essas mulheres, seja no empoderamento, afastando ou prendendo o agressor, abrigando a mulher em risco de morte, atendendo suas necessidades de saúde, já que ela fica fragilizada”, explica o professor.

## Fases da violência

Segundo as pesquisas do Nequase, a violência doméstica contra a mulher tem três fases. A primeira é a construção da tensão, o início de pequenos incidentes, seguida por gradual aumento dos conflitos e da agressividade. A perda do controle e as agressões extremas estão na segunda fase, a tensão máxima.

Na última fase, o relacionamento é reestruturado e surge o arrependimento do agressor. Na fase da lua-de-mel a relação conjugal é reestabelecida com a promessa de que a violência não se repetirá. Quando a mulher confia no parceiro o ciclo se reinicia e volta à primeira etapa.

## Vítima não

Outro apontamento é que a construção cultural e social de gênero influencia diretamente nas relações de abuso e violência. As diferenças



Fábio Alves

Ana Carolina Eiras (FH): “as mulheres não são passíveis, por isso denunciam e buscam espaço”

levam ao ato de dominação masculina e à submissão feminina.

A professora Ana Carolina Eiras (FH) é ligada ao grupo de estudos Ser-Tão e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero da FH, ressalta que a mulher não pode ser vitimizada. “As mulheres não são passíveis, por isso denunciam e buscam espaço”, diz.

Por esse motivo, o Nequase também não se refere a essas mulheres como vítimas. “A mulher não é ‘coitada’, ela tem a capacidade de empoderamento e resiliência, pode ser ativa e buscar romper com a violência”, afirma Marcelo.

## Falta pesquisa?

Segundo levantamento da Ascom da UFG, apenas dois projetos de pesquisa cadastrados na universidade são sobre violência contra a mulher. Apenas um é coordenado por uma mulher. Ainda assim, o professor Marcelo afirma que o tema não é pouco pesquisado na instituição. A questão, segundo ele, é que os grupos de pesquisa da instituição não focam exclusivamente na violência contra a mulher.

Já para Ana Carolina, o problema está no sistema da universidade. “O fato da UFG ter os trabalhos em arquivos [digitais] é fantástico, mas é preciso saber como buscar isso no banco de dados. Existem várias pesquisas sobre a violência contra a mulher. Mas a busca por esses títulos pode ser difícil, já que não há uma plataforma específica para os projetos”, explica.

Segundo levantamento da Ascom da UFG, dois projetos de pesquisa cadastrados na universidade são sobre violência contra a mulher. Apenas um deles é coordenado por uma mulher

# UFG enfrenta limitação

Cortes do Governo Federal afetam diretamente a instituição e o orçamento de 2018 será

Mesmo com os cortes de até R\$ 45 bilhões anunciados pelo Governo Federal para as universidades federais, o reitor da UFG, professor Orlando Vale do Amaral, não adota um discurso catastrófico. Mas assume que a instituição vai fechar o ano com um saldo negativo de R\$ 20 milhões. O mesmo ocorreu em 2015.

“Eu não vou me acomodar com a situação”, avisa Orlando. “Seria simples e cômodo usar o discurso da catástrofe, do abismo, de fechar as portas da universidade. A universidade vai continuar funcionando, com restrições e limitações, mas vai funcionar”, afirma. Na UFG, a situação se repete desde 2014 e, no próximo ano, o orçamento de 2018 vai quitar dívidas de custeio referentes a 2017.

## Dinheiro retido

O orçamento do Governo Federal é definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixa despesas e estima as receitas anuais. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora desse orçamento. Para a distribuição de orçamento para as universidades federais existe a chamada Matriz OCC (Orçamentos de Custeio e Capital -antiga Matriz Andifes). Nela estão as despesas obrigatórias, como folha de pagamento, as despesas discricionárias, custeio e investimento. Além da matriz, existem outros tipos de orçamento.

Alguns recursos já são repassados com destino fixo, atendendo às demandas apresentadas ao governo pela própria universidade. Mas nem sempre o valor total, aprovado na LOA, é liberado. É essa a situação atual, após o anúncio do corte no orçamento das universidades federais.

Pela Matriz OCC a UFG tem R\$ 80 milhões aprovados no orçamento de 2017. O valor para investimento, nesse ano, foi separado: R\$ 17 milhões. A diferença entre o montante aprovado e o que de fato foi liberado para a instituição é de R\$ 44 milhões.

Segundo o professor Orlando, as verbas de custeio (energia, água, manutenção e funcionários terceirizados) da UFG sofreram redução de 6,7% em relação a 2016. Já a verba de capital (obras) foi reduzida em 45%. Isso corres-



Fotos: Charles Adryel

Obras do prédio da Engenharia Mecânica, no Campus Samambaia, já estão paralisadas

ponde a quase R\$ 15 milhões. Até agora, 40% dessa verba ainda não foi repassada. Além disso, os orçamentos para custeio e capital não tiveram reposição da inflação acumulada de 2016 para 2017.

A despesa com pessoal é o que mais afeta o valor repassado para as universidades. Afinal, os salários dos professores variam de acordo com as progressões de carreira, e esse não é um cálculo que o governo pode prever. O professor Carlito Lariucci, pró-reitor Proad, explica que esse é o único valor no qual o governo não faz reduções.

## Arrecadação própria

Convênios com empresas privadas ou instituições públicas e cobrança de mensalidades em cursos de especialização são fontes alternativas de arrecadação da UFG, além da realização de concursos públicos via Centro de Seleção. Esse montante é chamado de arrecadação própria. Esse valor desse ser previsto anualmente e repassado ao Governo Federal. Mas quando a arrecadação supera a estimativa da universidade que aparece o problema, pois o governo não repassa o excedente para a universidade. O valor que foi arrecadado além do previsto fica retido no tesouro nacional.

“No ano passado a UFG arrecadou R\$ 25 milhões, acima da nossa expectativa inicial de R\$ 20 milhões. Essa receita não ficou com a gente. Foi destinada para a conta tesouro da União e depois não nos foi mais repassada”, explica o reitor.

## Histórico

Atualmente, cerca de 65% do orçamento de custeio da UFG é para o pagamento das empresas terceirizadas que cuidam da limpeza, segurança, transporte e alimentação nos Restaurantes Universitários.

Em 2015, a redução nas contas do MEC foi de R\$ 9 bilhões. Já o déficit para o pagamento as contas da UFG naquele ano chegou a R\$ 20 milhões. Em 2016 houve atrasos de três meses no pagamento das contas de energia, água e contratos com empresas terceirizadas. Atualmente, essas dívidas estão quitadas.

## Setores que sofreram reduções em 2017

### Paralisação de obras:

Prédio de Engenharia Mecânica

Campus de Aparecida de Goiânia

Faculdade de Medicina de Jataí

Biblioteca de Jataí

### Redução e reorganização de contratos terceirizados

Limpeza, motoristas, recepcionistas e vigilantes

Apesar da redução, houve reajuste nos salários

de várias categorias. Ou seja, o rearranjo por si só

não gerou uma redução de gastos para a UFG.



Cleumar Rosa Martins é vigia da Biblioteca Central, diferente de outros colegas, ela teve seu emprego mantido na UFG

## Orçamentos passados

Orçamento total de 2016

R\$ 102 milhões aprovados

R\$ 51 milhões liberados

Orçamento total de 2017

R\$ 97 milhões aprovados

R\$ 56 milhões liberados

Custeio (energia, água, terceirizados)

menos 6,7% em relação a 2016

Apenas 75% do aprovado foi liberado

Capital (obras)

menos 45% (R\$ 15 milhões em relação a 2016)

Apenas 45% do aprovado foi liberado

# es de funcionamento

mente o pagamento das contas básicas da  
utilizado para quitar dívidas desse ano

## ENTREVISTA

O reitor, professor Orlando Vale do Amaral, fala das dificuldades financeiras e explica ao JP o problema com o repasse da arrecadação própria



Bárbara Zaiden

**Jornal do Professor:** Desde 2014 o cenário financeiro tem se repetido na UFG. Uma das estratégias é adiantar o orçamento do próximo ano?

**Orlando do Amaral:** É impossível adiantar orçamentos. O que fazemos é postergar o pagamento de um ano para o ano seguinte. Isso tem sido uma bola de neve. Em 2018 teremos um orçamento limitado e a próxima gestão terá que usar um pouco desse recurso para pagar despesas de 2017.

**JP:** Se esse cenário continuar onde a universidade vai chegar?

**Orlando:** É muito difícil planejar as ações em uma instituição complexa como uma universidade sem ter segurança do orçamento que poderá ser utilizado. O orçamento passa a ser uma peça de ficção, nós temos o valor aprovado, mas não sabemos se podemos contar com ele. Espero que isso passe, tem que passar. Fica muito difícil pensar no fortalecimento das universidades públicas no Brasil tendo sempre que correr contra o prejuízo, aos “trancos e barrancos”, limitando ações nas áreas acadêmica, de pesquisa e administrativa.

**JP:** Em evento realizado pelo Fórum Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista afirmaram que você tem apaziguado a situação da UFG em suas entrevistas.

**Orlando:** Eu não tenho nenhuma fala catastrófica para dizer que a universidade vai fechar. Vamos ter dificuldades para honrar nossos pagamentos, como nos anos anteriores. Acontecerão atrasos, afetando as empresas terceirizadas, fornecedores. Mas eu não vou me acomodar com a situação. Estive na câmara dos deputados, numa audiência pública, com o ministro da educação. Eu estou indo atrás. Seria simples e cômodo usar o discurso da catástrofe, do abismo, de fechar as portas da universidade. Não seria admissível criar um pânico que não vai se materializar. A universidade vai continuar funcionando, com restrições e limitações, mas vai funcionar.

**JP:** Quais têm sido as medidas adotadas na UFG para lidar com os cortes de orçamento?

**Orlando:** Fizemos [racionalização de gastos] no limite do que consideramos razoável. Diminuímos o pessoal de vigilância, limpeza, motoristas e recepcionistas. Nesse momento atingimos um contingente de trabalhadores terceirizados que não dá para reduzir mais. É claro que tem um limite e não podemos ultrapassá-lo. Isso inviabilizaria atividades como as de pesquisa e extensão.

**JP:** Quais ações do Governo Federal afetaram diretamente a pesquisa?

**Orlando:** Quem financia a pesquisa no Brasil são as agências financiadoras: CNPq, Finep, NCTI, as fundações de amparo estaduais e agências internacionais. É daí que vem “o grosso” do orçamento para o desenvolvimento da pesquisa nas universidades. Parte desse orçamento vem da Capes, que apoia os programas de pós-graduação. As atividades de pesquisa foram afetadas porque os orçamentos dessas agências e ministérios também foram afetados. A origem do problema é a mesma. No nosso caso, para manutenção da universi-

dade, preponderantemente o MEC. No caso da pesquisa são outros canais [de arrecadação]. Todos estamos sofrendo os efeitos dessa crise econômica.

**JP:** A universidade ainda realiza poucas parcerias para gerar arrecadação própria?

**Orlando:** Algumas áreas têm interação já tradicional, muito bem consolidada, com o setor produtivo. Isso nos ajuda, mas do ponto de vista da relevância desses recursos, ainda é um montante muito pequeno em comparação com as necessidades da universidade. Ainda há um problema mal resolvido com o governo em relação a esses recursos que são gerados por essas parcerias, que são os chamados recursos próprios.

**JP:** É um problema ligado ao repasse dessa verba arrecadada?

**Orlando:** A cada ano, ao elaborar o orçamento do ano seguinte, nós temos que dizer por governo qual nossa estimativa de receita própria, provinda de arrecadação por meio dessas parcerias. Ao longo do ano aparecem novas oportunidades e a universidade arrecada além da previsão, como aconteceu no ano passado. Essa verba, que ultrapassa a estimativa informada ao governo, não volta para a universidade. É um contrassenso. Eu tenho colocado isso na mesa do ministro do MEC para que haja uma solução. Temos que resolver a questão

de como internalizar esses recursos. Nós vamos atrás, estamos ajudando o governo e não estamos sendo ajudados. Queremos que esses recursos sejam revertidos para a universidade, mas do ponto de vista da gestão do orçamento há uma dificuldade que nos desestimula.

**JP:** Há um aumento no orçamento da Matriz OCC. Mas mesmo assim não tem sido o bastante. Por quê?

**Orlando:** Obviamente o orçamento das universidades tem que crescer, pois o sistema cresceu: temos mais alunos na universidade, isso significa mais gastos; tivemos expansão física e novas construções. O orçamento tem aumentado nessa proporção, para recompor o orçamento da matriz OCC dos anos anteriores. Quando isso acontece é porque na verdade tem aumentado [valores] abaixo desses incrementos. No ano passado, o orçamento diminuiu e tivemos inflação. O orçamento desse ano é menor que do ano passado num percentual aproximado de 6,74%. Mais a inflação do período, o que vai dar nuns 13%. E ainda foi contingenciado. É esse o drama: temos orçamento 13 % menor e ele está parcialmente bloqueado.

**JP:** Nesse momento de crise o que o movimento docente precisa fazer?

**Orlando:** Eu acho que cada um de nós tem um papel importante. Os sindicatos têm suas dinâmicas de funcionamento e mobilização. Temos que trabalhar junto ao parlamento. Essa estratégia tem efeito. Mas, mais do que isso, a sociedade tem que entender a importância dessa instituição para a formação de pessoas. Precisamos ter a sociedade do nosso lado. Tendo eles, os nossos representantes virão junto.

Fotos: Bruno De Vizia/Proifes-Federação



Representantes do Proifes-Federação reuniram-se com secretaria do governo para solicitar cumprimento do acordo de reestruturação de carreira

# Governo quer adiar pagamento da reestruturação de carreira

Mesmo com lei aprovada, o governo prevê pagamento das parcelas restantes apenas para 2019

Segundo o Governo Federal a segunda parcela da reestruturação de carreira dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que deveria ser paga em 2018, será transferida para o ano seguinte. Isso significa que os dois pagamentos restantes seriam feitos apenas em 2019. A primeira parcela foi paga em setembro desse ano.

Esse parcelamento é fruto do acordo nº 19/2015, que foi assinado entre governo e Proifes-Federação e posteriormente transformado na Lei 13.325 de 2016, sancionada pelo governo Temer.

Em primeiro de setembro desse ano a Federação se reuniu com a Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) para solicitar o cumprimento do acordo.

O argumento do secretário do Ministério, Augusto Akira Chiba, é o mesmo que o governo Temer vem utilizando para todos os cortes e reformas. Segundo Chiba, a arrecadação caiu mais do que o esperado e, por isso, os aumentos que haviam sido negociados para o próximo ano só poderão ser cumpridos em 2019.

O presidente do Adufg Sindicato e vice-presidente do Proifes, professor Flávio Alves da Silva, explicou que o valor da reestruturação tem custo total de quase R\$ 270 milhões para o governo. “A suspensão do pagamento em 2018 vai gerar apenas desgastes entre docentes e governo. A melhor estratégia, para eles, é manter o pagamento, conforme está previsto na lei de 2015”, afirma Flávio.

## Outras pautas

O Proifes defendeu, além da manutenção dos pagamentos, o cumprimento de outros pontos da Lei 13.325/2016: fim do controle de frequência dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e a retomada das negociações sobre reajuste salarial para o biênio 2018/2019.

Nenhuma resposta concreta foi dada ao final do encontro. Chiba afirmou que a reivindicação de manutenção dos prazos e os demais tópicos levantados na reunião com o Proifes-Federação serão levados ao ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira.

## União de forças

O presidente do Adufg explica que, a partir de agora, a estratégia a ser adotada pelo sindicato e pela federação é estreitar o diálogo com os parlamentares para evitar qualquer alteração na lei que afete a carreira dos servidores públicos federais.

No dia 06 de setembro o Adufg e o Proifes se reuniram com a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores(as) TécnicoAdministrativos em Educação (Fasubra). O objetivo era debater os cortes de orçamento das instituições de ensino, a reforma administrativa proposta para o serviço público.

“Vamos unir força com todas as entidades que representam docentes e servidores públicos federais. Queremos traçar estratégias de luta para evitar a aprovação dessas medidas propostas pelo governo”, explica Flávio.

## Valores

Atualmente, o cálculo da reestruturação leva em conta o salário básico (VB) somado à titulação (RT). Sempre que uma etapa da reestruturação for paga, a próxima vai aumentar, de acordo com os índices das estruturas da carreira. Atualmente, não é possível só calcular as correções apenas com base nas informações individuais do professor. É necessário ter acesso a uma tabela.

Futuramente, quando a reestruturação da carreira tiver sido concluída, será seguida uma lógica fixa básica. Assim, o valor a ser recebido pelos docentes, de acordo com a nova lei, é a junção entre as estruturas da carreira: regimes de trabalho, classes, níveis e titulação.

## ATENÇÃO

A assessoria jurídica do Adufg Sindicato atende filiados(as) para tratar sobre pagamentos, vencimentos e outros tipos de assuntos e processos. Os(as) interessados(as) devem ligar no sindicato e agendar um horário com a equipe.

# Docentes traçam diretrizes para Federação

Fotos: Fábio Alves e Bárbara Zaiden



Professor Flávio Alves preside mesa de debates durante encontro em Porto Alegre

Dirigentes e representantes de movimentos sindicais da educação da América Latina se reuniram no final do mês de julho em Porto Alegre, no XIII Encontro Nacional Proifes-Federação. “Discutimos mais de 60 textos em cinco eixos temáticos. Foi proveitoso, muito rico em termos de debate, ainda mais no momento político conturbado”, avalia o presidente do Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva.

Os debates realizados no auditório da ADUFRGS-Sindical, entre os dias 26 e 29, foram plurais, conforme a política sindical da federação, em respeito às divergências de pensamento e posicionamento de cada docente e de cada sindicato ligados ao Proifes-Federação.

Os eixos temáticos do encontro foram: conjuntura nacional e as perspectivas do movimento sindical; os desafios do movimento docente; campanha salarial, carreiras e assuntos de aposentadoria; Plano Nacional de Educação; CONAE 2018 e o financiamento da educação; os impactos das reformas do Estado na educação brasileira.

Num dos eixos de discussão, professores e professoras apontaram os caminhos que a Federação e os sindicatos devem seguir para enfrentar os impactos das reformas da previdência e trabalhista e da Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos nos investimentos públicos).

Na mesa sobre os desafios do movimento docente, a professora Ana Christina Kratz apresentou artigo escrito com o professor Peter Fischer. “Muita gente está mais interessada em conquistas do que na luta. Nós aqui temos a percepção de que a luta é muito importante. E é. Se olharmos pros nossos sindicatos teremos a impressão de que a gente sempre conversa entre nós. Temos dificuldade de fazer uma discussão da luta com muitos professores”,

analisou Kratz.

A professora Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray apresentou o artigo *A importância de pensar o papel dos sindicatos em tempos de mudanças*. Ela falou da identidade dos sindicatos com os desafios que surgem constantemente e destacou a barreira que ainda persiste entre os mundos sindical e acadêmico.

Os convidados internacionais, Carlos De Feo, secretário-geral da CONADU, e Hugo Yaski, presidente da Internacional da Educação (IEAL), frisaram a necessidade de consolidar a democratização e expansão do ensino superior no Brasil e na América Latina, e pediram unidade do setor popular para a retomada da iniciativa de outro projeto para o Brasil e para a América Latina.

As deliberações sobre as propostas, moções e manifestações aprovadas pelos mais de 150 delegados que participaram do encontro foram aprovadas por unanimidade no conselho deliberativo da entidade.

## Mulheres

A participação das mulheres nas organizações sindicais foi uma das principais discussões do encontro nacional. Após as mesas, um grupo formado por delegadas, dirigentes e profissionais da comunicação de vários sindicatos federados se reuniu para articular o fortalecimento da pauta feminista dentro do Proifes-Federação.

A representação de homens e mulheres na Federação, especialmente nos cargos e espaços com maior poder de decisão e a necessidade de se fazer a disputa política buscando dar mais voz às reivindicações das mulheres pautou a reunião das professoras, que também trabalham o tema no Grupo de Trabalho Direitos Humanos: gênero, raça/etnia e sexualidades.

Foram debatidos movimento sindical, representação da mulher, educação e os impactos das reformas do governo



## Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato



# Uma forma humana de representar os docentes

Jornal do Professor completa cinco anos com histórico de respeito à pluralidade e valorização da vida de professores e professoras



O projeto de um jornal do Adufg começou com a história do próprio sindicato, ainda em 1978. Por falta de recursos financeiros, enquanto ainda não criavam a primeira edição, eram divulgados boletins com informações sobre assembleias, informes da associação e textos sobre conjuntura política e sindical nacional. Mas eram publicadas notícias, mesmo que de outros jornais do país.

No final da década de 1980, o sindicato passou a publicar informações produzidas pela própria entidade, quando foi criado o Jornal da Adufg. Docentes assinavam artigos e a edição, mas não havia periodicidade. A publicação foi modificada no início dos anos 1990.

Produzido por estudantes supervisionados do laboratório de Jornalismo da Facomb (atual FIC), trouxe conteúdos sobre a realidade dos laboratórios e das contribuições de pesquisa da UFG, além de reportagens sobre departamentos e o próprio sindicato. Também em formato tabloide e com oito páginas.

Em 2012, o então coordenador do curso de jornalismo da FIC, professor Juarez Ferraz de Maia, idealizou o Jornal do Professor. O JP nasceu durante a greve nacional na educação federal daquele ano, com a proposta de dar voz aos setores de oposição da categoria e garantir um espaço político para o debate plural de ideias.

“A greve de 2012 despertou inúmeras tensões adormecidas nos movimentos sindicais docentes nacional, regional e local”, relembra Rosana Borges, ex-presidente do sindicato. Na avaliação do pós-greve, o professor Juarez sugeriu que o Adufg tivesse um jornal impresso capaz de debater, com pluralidade, questões inerentes ao universo dos professores e professoras da UFG.

Em formato germânico e com 16 páginas, teve o número 1 publicado em setembro daquele ano. O veículo do Adufg trouxe o debate de ideias diferentes e superou o tom panfletário característico da maioria dos periódicos sindicais. Graficamente, foi inspirado nos jornais britânicos do Século XX, trazendo o editorial do lado esquerdo da capa e a foto principal em tamanho grande, do lado direito.

O projeto exigiu a contratação de jornalistas exclusivos para sua produção, com o professor Juarez na linha editorial: plural, democrático, em busca das contradições do universo docente e retratando a vida e o trabalho de docentes.

“Foram vários artigos de opinião e reportagens publicadas nas primeiras edições em que os setores da oposição criticavam abertamente a diretoria do sindicato, que respondia e hora criticava. Assim acontecia o debate”, relembra Macloys Aquino, ex-editor do JP.

O jornal sempre teve a função abordar questões administrativas, acadêmicas, mas principalmente de contar as histórias de vida dos docentes. “Com o tempo, aprimoramos uma habilidade muito valiosa do JP, que é uma forma humana de representar os professores”, completa Macloys.



## Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato



# Criador e criatura

## Jornais panfletários

“Os jornais de sindicatos no geral têm características de falar pra uma bolha, para pessoas que já estão convencidas de uma posição política. Eles fazem jornal de uma maneira muito panfletária e não têm ideia de fazer um jornal para um público maior. Ao fazer o JP, o Adufg saiu um pouco da bolha. As pessoas começaram a se interessar em ler porque nele tem coisas interessantes, fora daquele linguajar e de determinado posicionamento político”.

## Conceito inovador

“O Jornal do Professor foi concebido dentro de uma dimensão que pudesse fazer ligação de professor para professor. E que essa ligação fosse não só pelo diálogo, mas por meio de opiniões diferentes. Foi feito para que o professor pudesse saber o que o colega professor faz, as pesquisas que a universidade desenvolve e para saber o que pensa o outro. Esse jornal não foi concebido para ser uma propaganda nem um panfletário de pensamento único”.

## Oposição presente

“Quando apresentamos o projeto, em 2012, houve resistência de algumas pessoas da diretoria que não queriam que o jornal desse espaço para os setores de oposição do sindicato. Conseguimos superar isso porque o JP foi concebido para ser plural e servir como parâmetro de discussão das várias tendências do movimento docente”.

## Oposição ausente

“É lógico que alguns setores da oposição não querem nada com o jornal, porque ao falarem para o jornal pensam que estão fortalecendo a direção do Adufg”.

## Discussões democráticas

“Teve uma época que tivemos um debate extraordinário. Foi em setembro de 2013, quando a presidente Dilma trouxe o programa Mais Médicos. Fomos atrás dos médicos. Foi um debate muito bom entre vários profissionais que pensavam sobre coisas diferentes. Foi extraordinário. E tem que ser assim. Porque se não for, ele se transforma em um jornal de pensamento único. E deixa de ter seu exercício plural e democrático”.

## Mudanças – professor Juarez acompanhou a produção do JP até 2015

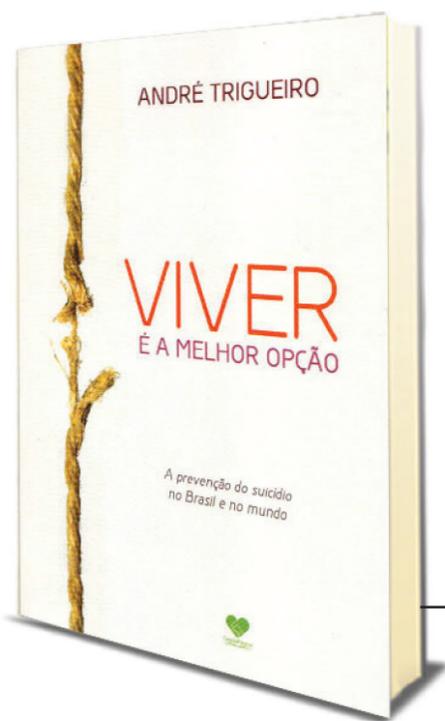
“Nos últimos anos o jornal perdeu características importantes. A capa parece uma revista. Parece que copiaram o Jornal da UFG. O editorial foi retirado de seu lugar, que é à esquerda, como nos antigos grandes jornais, em que o mais importante vinha ali, com a mensagem e análise política. Hoje, no editorial, vocês (jornalistas do Adufg) fazem apenas uma apresentação da edição”.

*O Jornal do Professor foi criado para ser um canal de comunicação entre professores e professoras de diferentes unidades da UFG em um processo horizontal, democrático e plural. Cinco anos após a primeira edição, o idealizador, professor Juarez Ferraz de Maia (FIC), analisa a criatura, as mudanças e os defeitos.*

Fábio Alves



*Professor Dr. Juarez Ferraz de Maia, da FIC, há trinta anos na UFG, é o idealizador do JP*



## Incentivo para viver

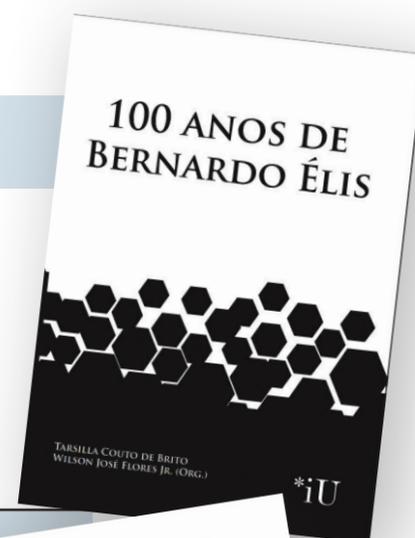
Obra que traz o tema do suicídio como um problema de saúde pública. O autor se baseia em relatórios da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde e de debates com especialistas que mostram as taxas de incidência do suicídio no Brasil para formular propostas que ajudem a prevenir e reduzir o problema. A doutrina espírita é apresentada como diálogo quando o autor analisa a vida como algo que não morre junto com o corpo físico. A partir desse ponto de vista, Trigueiro afirma que o sofrimento do suicida apenas se prolonga, porque a maior decepção dele é descobrir-se “vivo”. Por decisão do autor, 100% dos direitos autorais foram cedidos para o Centro de Valorização da Vida (CVV), que realiza apoio emocional e prevenção do suicídio de forma voluntária e gratuita ([www.cvv.org.br](http://www.cvv.org.br)).

**Viver é a melhor opção** / André Trigueiro/ Correo Fraternal/ 192 páginas

## 100 Anos de Bernardo Élis

**Tarsilla Couto de Brito, Wilson José Flores Jr.** / Editora da Imprensa Universitária/ 294 páginas

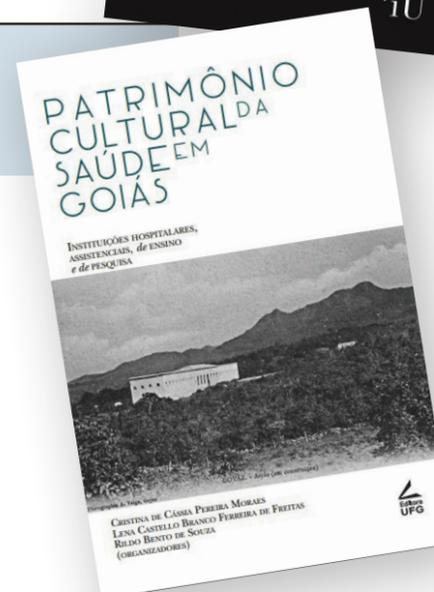
O livro comemora os 100 anos de nascimento de Bernardo Élis e aborda as particularidades da produção literária e intelectual do autor goiano em comparação aos cenários local e nacional. O tempo da narrativa em Bernardo Élis é analisado como forma de retratar a perpetuação dos seus personagens em estruturas de poder, exclusão, violência e subdesenvolvimento, em nome de um suposto “progresso”.



## Patrimônio cultural da saúde em Goiás: instituições hospitalares, assistenciais, de ensino e de pesquisa

**Cristina de Cássia Pereira Moraes, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas e Rildo Bento de Souza** / Editora UFG/ 320 páginas

Reflexões sobre a história da arquitetura hospitalar, da assistência e da saúde nas cidades de Goiás e Goiânia, do Século XVIII à contemporaneidade. É contada, no livro, a maneira como os goianos reagiram em momentos de adversidades, como organizaram a assistência à população mais pobre em períodos de crise como os de epidemia, de escassez de víveres, de carestia e de desastres.



## Argueirinha

**Humberto Hermenegildo de Araújo** / Editora UFG/ 78 páginas

Coletânea de poemas do escritor e professor Humberto Hermenegildo. Foi vencedor do Concurso Literário – Coleção Vertentes 2015 na categoria Poesia. A obra é dividida em nove capítulos: o chão; as plantações; as pedras; as águas; as aves; os planos; as convivências; as artes; carta.



## A flor frondosa do Jatobá

**José Humberto da Silva Henriques** / Editora UFG/ 428 páginas

Uma das publicações vencedoras do concurso literário da Coleção Vertentes.





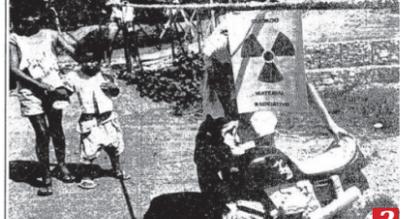
Moradores das proximidades do acidente com o Césio 137, os professores Orlando de Castro (aposentado da FAV) e Hélio Furtado (aposentado da FIC) somam, juntos, 180 de vida e histórias e relembram o caso

# Memórias sem brilho

Os professores aposentados Hélio Furtado do Amaral, 91, e Orlando de Castro, 89, eram moradores dos setores afetados diretamente no acidente do Césio 137 em Goiânia: Centro e Aeroporto. O caso da máquina de raio-X abandonada de forma negligente, a contaminação de centenas de pessoas e a morte de, ao menos, quatro vítimas diretas completa 30 anos em setembro de 2017. Hélio e Orlando reviveram as memórias da época e os desdobramentos do acidente. O JP relembra essa história por meio de recortes antigos de jornais e fotografias dos locais marcados pela tragédia



**as vítimas da radiação**  
O Brasil pediu à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ajuda para as vítimas do acidente com material radiológico de Goiânia. Quatro países — Estados Unidos, União Soviética, Argentina e Alemanha Federal — já se comprometeram a enviar especialistas em medicina nuclear. O número de vítimas em estado grave internadas no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio, subiu ontem para quatro e os técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN) que estão em Goiânia têm nova preocupação: uma das pessoas contaminadas disse que andou com um pedaço de peça radiostiva em um ônibus urbano. O governador de Goiás, Henrique Santillo, determinou a remoção imediata de todo o material radioativo para uma fazenda a 10km do centro da capital. Mas seus moradores impediram a abertura das valas em que o lixo nuclear seria enterrado.



**Preocupação e medo na cidade**  
Desde um pela Secretaria de Segurança e Defesa Civil, a preocupação com o acidente com o Césio 137 passou a ser o assunto principal nas conversas entre os moradores de Goiânia. Ainda que a maioria dos moradores não saiba explicar o que aconteceu, todos sabem que há um perigo. A preocupação é justificada. O acidente com o Césio 137 passou a ser o assunto principal nas conversas entre os moradores de Goiânia. Ainda que a maioria dos moradores não saiba explicar o que aconteceu, todos sabem que há um perigo. A preocupação é justificada. O acidente com o Césio 137 passou a ser o assunto principal nas conversas entre os moradores de Goiânia. Ainda que a maioria dos moradores não saiba explicar o que aconteceu, todos sabem que há um perigo. A preocupação é justificada.



- 1 - Lote na Rua 26-a, no Setor Aeroporto, é mantido sem nenhuma construção. Local era o ferro-velho de Devair Alves Ferreira, que comprou a cápsula de Césio
- 2- Hélio Furtado: "Alguns professores da UFG, do IME, ajudaram com aparelhos de medição [de níveis de radiação], mas muitos pesquisadores, muitos físicos de outras cidades e países vieram para a cidade e trabalharam no caso" (publicado em Estado de S. Paulo em 06/10/1987)
- 3 - Foram monitoradas 112.800 pessoas em Goiânia. Uma das quatro pessoas que morreram alguns dias após o acidente foi a menina Leide das Neves, de seis anos (dados e foto da Secretaria de Saúde de Goiás)
- 4 - Orlando de Castro: "No final de um dia de setembro de 1987, apareceu muita gente aqui na rua. O guarda disse que tinha uma bomba escondida. Não sabia explicar, só dizia que aquilo era muito perigoso" (foto publicada na Folha de S. Paulo, 03/10/1987)
- 5 - Hélio Furtado: "As coisas foram socializadas só depois. Havia muita desinformação, muita preocupação" (publicado no Estado de S. Paulo, 02/10/1987)
- 6 - Orlando de Castro: "Fiquei com muito medo. Alguns vizinhos da região sofreram com câncer depois". A foto é do ferro-velho de Devair Alves, local de maior contaminação (publicada no site do Governo de Goiás sobre o acidente)
- 7 - Hélio Furtado: "Ali perto e dentro do Estádio Olímpico foram reunidas as pessoas para fazer testes de radiação. Era muita gente e animais". Porcos, galinhas, gatos, coelhos, cachorros e pássaros contaminados foram sacrificados (foto publicada no Estado de S. Paulo em 02/10/1987)
- 8 - Orlando de Castro: "Teve vereador que apedrejou os caixões (das duas primeiras vítimas: Maria Gabriela e Leide das Neves) e incentivou as pessoas a fazerem o mesmo. Pra vocês verem como era o estado de confusão da época" (foto publicada no Estado de S. Paulo em 27/10/1987)
- 9 - Grafite no lote da Rua 57, onde ficava a casa de Roberto Santos Alves. Ele encontrou e abriu o equipamento de raio X com a cápsula de Césio 137, acompanhado de Wagner Motta Pereira



# O agrônomo tropeiro

ZeZuca Pereira redimensionou a ligação com a terra em dedicação às universidades federais de Goiás e do Tocantins

Fábio Alves



Pelos trieiros ou rasgando o mato com a sola da bota, o professor ZeZuca Pereira gastava um dia a cavalo para estudar na cidade. Nos anos 1950, ficava de março a junho e de agosto a novembro em Porto Nacional - quando o município ainda era parte de Goiás. Os outros meses do ano eram dedicados aos trabalhos na fazenda da família, em Monte do Carmo.

A viagem era feita com o auxílio de cavalos que levavam mantimentos, roupas e o que mais precisasse. Homem mais velho entre os irmãos, ZeZuca acatou o pedido da mãe, viúva muito jovem, para seguir com os estudos. O menino tropeiro, então, integrou a quarta turma do curso de Agronomia da UFG, formou-se em 1969 e concluiu mestrado na USP, em 1973.

A ligação com a terra foi determinante na escolha do curso e da linha de pesquisa em economia rural: “Na academia juntei o conhecimento adquirido com o senso comum e transformei aquilo a partir do conhecimento científico”. Nos anos de graduação, ZeZuca estreitou laços com professores. “Recebi muitos prêmios de melhor aluno”, relembra orgulhoso. De aluno exemplar, ingressou na docência na UFG no

primeiro dia de fevereiro de 1970.

Foram 42 anos de magistério, 25 deles na UFG e o restante na UFT - instituição que ajudou a criar. Hoje, aos 74 anos e aposentado, guarda com precisão datas e nomes, como o dos três alunos que se tornaram reitores de universidades federais: Alan Barbiero (UFT), Márcio da Silveira (UFT) e Edward Madureira (UFG).

“Isso é uma prova de que o ensino da nossa universidade é bom. E de que a Agronomia é uma área de conhecimento que sintoniza os alunos aos processos de desenvolvimento e às relações humanas”, garante. Em caminhada pela Escola da Agronomia, o professor revisitou a casa que morou quando foi diretor do curso, de 1982 a 1986. “Lembro dos meus

meninos correndo por essas ruas da escola, por essas árvores. Era bem diferente de hoje”.

Em poucos minutos reviu amigos e ex-colegas, como o sempre atencioso Adão e o simpático Vicente, tratorista da escola. Lembrou seu projeto de criação da usina de combustível para abastecer todos os veículos da universidade - que a instituição suspendeu devido aos custos operacionais.

“ Na academia juntei o conhecimento adquirido com o senso comum e transformei aquilo a partir do conhecimento científico ”

**ZeZuca Pereira**

## A família e o Tocantins

A participação do professor em movimentos sociais pioneiros é extensa. Integrou, inclusive, a primeira direção do Adufg Sindicato, quando ainda era uma associação. Em 2003, a convite de Cristovam Buarque, então ministro da Educação, foi membro da comissão de implantação da reitoria da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A ligação com o Tocantins e a universidade deram origem a dois livros: *Ensaio Contemporâneos Sobre o Estado do Tocantins* e *O Tocantins e a UFT em foco*, além de diversas homenagens, como o título de *Doutor Honoris Causa*.

Pai de quatro filhos (Haroldo, Daniela, Fabiane e Ricardo), ZeZuca é casado com a professora Vilma Pereira há 45 anos. Conheceram-se na militância estudantil, num congresso da União Estadual de Estudantes (UEE), em 1968. “Um casamento estruturado no amor, no respeito, na fidelidade, na cumplicidade e no companheirismo”, ressalta o filho caçula, Ricardo.